

CONJUNTO HABITACIONAL: UM UNIVERSO DIVERSO NA METRÓPOLE

*Maria de Fátima Almeida Martins**

As cidades, e principalmente as metrópoles brasileiras, apresentam uma realidade extremamente complexa, cujo conteúdo foi engendrado durante todo o processo de urbanização do país, redefinindo-se, no entanto, a partir de 1930 por conta da inflexão nos rumos da industrialização brasileira que assinala a constituição de um novo padrão de acumulação capitalista no país. O caminho de elucidação da realidade urbana atual, no que ela tem de complexo e rico, passa, a meu ver, pela investigação de tal processo de industrialização, isto é, de um processo no qual a maior parte das relações sociais passa a ser mediada pelas tramas reprodutivas do capital, definindo a própria existência dos indivíduos.

Nesse sentido, as mudanças na reprodução da sociedade, a partir dos anos 30, impostas por um padrão de acumulação do capital qualitativa e quantitativamente distinto do anterior, põem em evidência a emergência de um novo caráter nas relações entre o Estado e a sociedade brasileira, ou seja, a atuação daquele passa a ser fundamental no estabelecimento e reiteração das relações essenciais para o domínio da burguesia urbano-industrial que então emergia. É nos marcos desse contexto que se pôs a exigência de uma urbanização que se fizesse simultaneamente ao processo de industrialização. Mais precisamente, que as taxas de urbanização geradas no e pelo processo fossem muito acima do próprio crescimento de incorporação da força de trabalho exigida pela indústria. Dessa forma, as extensas periferias das cidades industriais, que engrossavam a cada dia, funcionavam como verdadeiras forças

produtivas, impulsionando a acumulação¹.

É então sob o primado da (re)definição das condições de reprodução do capitalismo no Brasil - onde está incluída a instrumentalização produtiva da urbanização -, que foram concebidas e concretizadas várias e distintas políticas visando dar sustentação institucional ao processo de industrialização ao qual o país estava se inserindo. Por seu turno, tornava-se iminente a necessidade e a preocupação do Estado em promover políticas especificamente urbanas em consonância com os propósitos da reprodução das relações de produção que se faziam presentes e hegemônicas.

Não se pode esquecer que o padrão de acumulação engendrado a partir dos anos 30 não tem apenas a indústria como unidade central do "sistema" produtivo. Fundado na industrialização, o processo de modernização alcançou toda a sociedade. No campo, a expressão da ação modernizadora traduziu-se, entre outros aspectos, na incapacidade de sustentação de uma reprodução ampliada do campesinato pela via do mercado. O reforço da histórica concentração fundiária resultante do monopólio de classe exercido pelos latifundiários sobre a propriedade da terra atuou, em geral, no sentido da expropriação camponesa que caracteriza há muito este país. Esse é um dos componentes cruciais na determinação da intensa mobilização de pessoas para os centros urbanos. O outro é o de que pesados investimentos industriais do Estado no Sudeste do País fez com que as cidades industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro começassem a crescer a passos largos, e com eles os problemas advindos de

uma urbanização que parecia desordenada e caótica.

Com efeito, são as grandes, e posteriormente as médias cidades, que sobretudo a partir dos anos 50 apresentaram um acentuado crescimento populacional, consubstanciado especialmente por pessoas oriundas de cidades menores, bem como por aquelas vindas diretamente do campo, muitas das quais egressas de um processo de expropriação de seu principal meio de existência - a terra -, que as alcançou num determinado momento de suas vidas, lançando-as num processo de migração em busca de uma vida melhor. Vida na maior parte das vezes tentada nas grandes cidades.

Para grande parcela da população que busca na cidade uma vida melhor as condições que se põem são, no entanto, as definidas por um padrão de acumulação onde são impositivas crescentes elevações na produtividade do trabalho social. Esse caráter adquire nitidez sobretudo nos anos 60. Nessa década, o intenso crescimento econômico significou uma expansão do emprego no setor formal da economia, sobretudo no Sudeste, verificado pela impulso na indústria da construção civil; nas telecomunicações; e no incremento de atividades do setor terciário vinculado à expansão do crédito voltado ao consumo, em especial das classes médias. Entretanto, pode-se ressaltar que no plano mais imediatamente dado pelo econômico houve uma perversa combinação entre queda da participação dos salários na distribuição da mais-valia global e elevação dos níveis de produtividade na indústria, assim como a crescente relevância do terciário na

absorção da força de trabalho não incorporada pela indústria².

Habitação: um problema para quem?

Esse também é o momento no qual se torna patente que a questão habitacional no País ganhava importância, sobretudo em função do crescimento das periferias das cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) industriais. Em verdade, podemos dizer que o "confisco salarial"³, funcionou como um dos mecanismos impulsionadores das periferias, uma vez que, com relação à apropriação dos rendimentos sociais, tal processo tornava periféricos justamente os que são centrais na produção social da riqueza⁴.

Assim as grandes cidades metamorfoseadas em metrópoles cresceram, e ainda hoje crescem, embora em ritmo menos acentuado. Nutridas pelos aspectos perversos da modernização econômica, as periferias foram se constituindo, compostas, por sua vez, pelos que chegam à cidade e não conseguem dela participar e usufruir das suas virtualidades em sua plenitude, os que lutam pelo que Henri Lefebvre denominou de direito à cidade. As diversas formas dessa luta, que vão do lote autoconstruído, à favela e aos cortiços, são reveladoras de que ela se dá, tanto no centro das próprias cidades, como nas periferias.

É nesse momento que o Estado encara a questão urbana no Brasil da modernização sob a perspectiva do problema habitacional. É aí que o Estado explicita a sua preocupação com as periferias das cidades que já se punham como metrópoles. Nesse sentido, a habitação ganha um estatuto privilegiado no que concerne ao tratamento dispensado pelo Estado em relação ao grande fluxo migratório que nutre, cada vez mais, as periferias.

Com efeito, é através da formulação e implementação da política habitacional nos anos 60, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em substituição aos programas anteriormente implantados, que o Estado passa a intervir de maneira mais sistemática e decisiva nas periferias, onde a questão habitacional tornava-se flagrante. Tal intervenção traduziu-se sobretudo na construção de um grande número de conjuntos habitacionais. Pode-se dizer que o Estado

encarou a questão habitacional como um problema, e a construção de conjuntos habitacionais foi uma das formas privilegiadas na sua tentativa de solucioná-lo.

Entretanto, a solução encontrada pelo Estado para o problema representado pela população que chegava aos centros urbanos naquele momento passava pela formação do chamado "mercado popular", o qual, por sua vez, se abria inicialmente para as pessoas que auferissem rendimentos na faixa de 1 a 3 salários mínimos⁵.

Deve-se ressaltar que a questão habitacional encarada pelo Estado como problema trazia intrínseca à sua concepção uma forma sistemática de atuação no espaço urbano. O crescimento das cidades, pela incorporação e redefinição do uso das terras de suas circunvizinhanças, levou à formação de extensas periferias, vistas como o lugar do caos, como o limiar do urbano, como o primado da desurbanização. É aí onde os conjuntos habitacionais são produzidos. Produzidos estrategicamente como peças fundamentais da urbanização que se redefine sob o primado da ordem.

Na produção de Conjuntos a produção de uma periferia: um universo diverso na metrópole

A presença do Estado nestes espaços é muito marcante. E não poderia ser diferente com o Conjunto Habitacional Jereissati, localizado na periferia de Fortaleza, construído no ano de 1982 pela Companhia de Habitação do Estado do Ceará (COHAB-CE), e localizado na periferia da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), mas precisamente no município de Maracanaú a ela pertencente⁶.

Assim, a construção do Conjunto Habitacional Jereissati, no início da década de 80, deu-se no interior da mesma concepção que viabilizou a disseminação, no final da década de 70, de grandes conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades. Sequer a segregação espacial deixou de estar presente neste caso. Distante mais de 20 quilômetros do centro de Fortaleza, Maracanaú foi o município para o qual foram destinados não apenas este e outros

conjuntos habitacionais, como também recebeu, alguns anos antes, o primeiro distrito industrial do estado, devendo receber não só as novas implantações industriais para ali incentivadas, bem como aquelas indústrias que se esperava deixassem a antiga área de implantação industrial do município de Fortaleza atualmente bastante valorizada. Pode-se dizer que a reorganização espacial da RMF, ancorada na prática de uma disposição sobre o espaço imbuída da ideologia de "limpeza" e valorização de determinadas áreas da cidade de Fortaleza, ganhava concretude com o deslocamento não apenas do local de trabalho, como dos próprios trabalhadores⁷.

Nessas periferias, a presença do Estado é marcada não apenas pela produção propriamente dita dos referidos conjuntos habitacionais, como também pelas mais variadas formas de assistencialismo das quais lança mão para procurar manter sob sua tutela os movimentos populares que se organizam nas periferias, inclusive no interior dos próprios conjuntos.

O espaço do Conjunto Habitacional Jereissati, fruto de tal política norteada pela resolução do déficit habitacional via "mercado popular", foi inicialmente instituído sob a forma privilegiada da padronização, que não deixa de ser um dos aspectos mais característicos de outros conjuntos habitacionais.

Enquanto forma, o conjunto aparece como sendo algo estático e padronizado, o que se evidencia não apenas pelo aspecto externo das casas ali erguidas, como também pela disposição delas, das ruas, dos espaços públicos. Tudo parece estar imbuído e constituído de uma coerência que expressa uma racionalidade na qual está encerrada a vida no conjunto.

A meu ver, sob a alegação de uma maior "integração" das pessoas, essa disposição das casas em tal espaço geométrico, além de conter uma lógica hierarquizadora das pessoas e do espaço, visa viabilizar o máximo aproveitamento do terreno em termos da construção de unidades habitacionais, condiscente, portanto, com uma política norteada pelo "enfrentamento" da questão como déficit habitacional, isto é, a resolução da questão, encarada como problema, ao ser delimitada nos seus aspectos quantitativos, fica circunscrita à maximização de constru-

ção de unidades habitacionais por unidade de área utilizada na produção do conjunto habitacional.

No entanto, tal universo padronizado e hierarquizado, imposto pela forma urbana do conjunto, contém também a diversidade, que se espessa pela vida de seus moradores. O que quero dizer é que o seu conteúdo é fruto de um processo que se faz pelos moradores, nas suas tentativas, nos seus êxitos e malogros de romper com as determinações contidas no projeto e impostas pela lógica segundo a qual foi concebido, ou seja, a lógica estatista que impõe um espaço homogeneizado, ao qual a vida dos moradores deveria se submeter.

Essa homogeneização se faz quando o Estado dispõe sobre o espaço, utilizando, no discurso da integração urbana, as prerrogativas de suas determinações nas cidades, principalmente nas metrópoles⁸.

O ponto de partida que me levou a tentar desvendar esse universo diverso que é o conjunto habitacional com o qual me deparei foi, portanto, uma busca no sentido de ir além dessa forma urbana e da sua padronização.

Para romper os limites impostos pela padronização revelada pela aparência tive, então, que compreender a atuação, precisa e decisiva, do Estado na produção de uma periferia em Fortaleza, que se fez imputando a esse espaço uma ordem: a sua. Contudo, o que pude observar foi que a vida no conjunto não brotou sem a participação direta e efetiva dos seus moradores, unidos, ou não, em grupos de vizinhança e em associações.

A vida que se constitui no Conjunto

Assim, a realidade dos conjuntos habitacionais traz à luz contradições que se cavam entre o espaço concebido e prescrito pelo Estado e o espaço vivido. Contradições essas evidenciadas a partir da vida que se constitui no conjunto, das lutas, muitas delas pela própria sobrevivência, que se desdobram no seu interior, revelando que para boa parte dos que ali se encontram, o embate continua, mesmo que a conquista da casa própria como sonho tenha se realizado.

Nesse sentido, de um espaço sem vida,

sem conteúdo, aos poucos começa a ser um espaço de vida, movido pela luta dos que ali moram, dos que para ali foram levados pelas circunstâncias da vida. Procedendo de Fortaleza ou do interior do estado, tais pessoas foram estabelecendo suas relações com e neste espaço, conferindo-lhes, em muitos casos, fisionomias bem diferentes daquelas prescritas pelo Estado, a começar pelo fato de que uma boa parte dos moradores, por virem do interior, sem antes passar por outras cidades, relacionam-se com e no "novo" espaço atribuindo-lhe toda uma carga de símbolos e sentidos trazidos do campo, do universo camponês.

Assim, é comum os quintais das casas serem utilizados para plantações de verduras, e também para criação de aves, como galinhas e patos. Expressão do que se falou, e, ademais, de que a reprodução social, concebida e prescrita nos marcos e limites das relações sociais de produção da sociedade capitalista, muitas vezes lança as pessoas no ténue fio da sobrevivência. É por isso que não faltam referências aos moradores como os que "chegam ao Jereissati empurrados por alguma coisa, por alguma dificuldade, pela falta de moradia na cidade, ou pelo aluguel muito caro, ou porque casou e não tinha espaço na casa dos pais", são os que "não têm opção". São os que não têm espaço.

Por conta disso, o significado dado pelo morador a casa, e conseqüentemente ao espaço do conjunto, é, em sua grande maioria, adverso do prescrito pelo projeto. A imposição do uso do espaço, em alguns momentos pode ocorrer como foi prescrito, entretanto, existe também a possibilidade de resistir a esta imposição, rompendo com a padronização imperativa da forma urbana do conjunto habitacional.

A realidade que se encontra hoje no conjunto, é bem diferente de quando foram entregues as primeiras unidades habitacionais aos moradores, visto que, aos poucos, os moradores do conjunto imprimiram na paisagem monótona novos elementos e significados. Contudo, o rompimento dessa padronização, não significa, necessariamente, que a homogeneização imposta foi, identicamente, rompida, subvertida.

* Maria de Fátima Almeida Martins é geógrafa pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

1. A este respeito ver o excelente livro de Francisco de OLIVEIRA. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*, 5ª ed., Petrópolis, Vozes, 1987.

2. *Ibid.*, passim.

3. No período referente, que se inicia em 1964 a 1970, "com o governo Castelo Branco, estabeleceu-se o congelamento salarial, que os próprios operários passaram a chamar 'archo salarial'. Isto é, estabeleceu-se o controle dos salários de forma que a inflação voltou a desempenhar o papel de técnica de poupança monetária forçada. Assim, a política salarial passou a exercer a mesma função de uma política de 'confisco salarial'. Devido à lentidão com que se elevavam os níveis de salário mínimo, relativamente à elevação dos preços e da produtividade, a contenção dos salários funcionou como uma técnica de confisco. (...).

Esse foi o preço econômico que os assalariados, em geral, e o proletariado, em particular, foram obrigados a pagar, para o controle da inflação e em favor da concentração da renda; isto é, da reprodução do capital." (Octávio IANNI. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil - 1930-1970* -, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p.278, ênfase minha).

4. Referimo-nos, a este respeito, à discussão sobre centro e periferia levada às últimas conseqüências por Henri Lefebvre. Na obra desse autor, ver, sobretudo, Henri LEFEBVRE. *La Survie du Capitalisme: la reproduction des rapports de production*, Paris, Anthropos, 1973.

5. Para promover habitações para o "mercado popular", que inicialmente atendia as famílias que percebiam de 1 a 3 s.m., o BNH tem como agentes promotores as Companhias Habitacionais (COHABs), "constituídas sob a forma de sociedades de economia mista, devendo o poder público, Estado ou Município, deter o controle acionário". (Sérgio de AZEVEDO e Luis Aureliano G. de ANDRADE. *Habitação e poder: da fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p.88).

* Banco Nacional da Habitação, Rio de Janeiro, BNH: solução brasileira de problemas brasileiros. (s/d). p.30 (nota dos autores).

6. Em minha pesquisa de mestrado tive a oportunidade de realizar a investigação da relação Estado-habitação como componente fundamental da urbanização através de um estudo de caso específico como é o Conjunto Habitacional Jereissati. Maria de Fátima Almeida MARTINS. *Habitação Popular na Periferia de Fortaleza: O Conjunto Habitacional Jereissati - do espaço planejado ao espaço vivido*, dissertação de mestrado apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

7. Na verdade não é isso o que ocorre. O que pude constatar é que neste e nos demais conjuntos habitacionais do município os moradores não são absorvidos, em sua maioria, enquanto força de trabalho pelas indústrias estabelecidas no distrito industrial. Por conta da incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos determinada pelo padrão de acumulação de capital que se reproduz em nível mundial, os capitais ali atuantes não demandam um contingente de trabalhadores na magnitude da população que ali se encontra, que, por sua vez, não mais se trata de exército industrial de reserva, e sim daqueles que caíram nas cadeias da obsolescência, de disponibilidade, para os quais não se põe a reprodução social enquanto trabalhador, mas sim a dura e triste realidade da sobrevivência.

8. Ver também a este respeito Amélia Luisa DAMIANI. *A Cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I*, tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 1992, p.76.